

A PROBLEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Problemática da Política Social

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 A problemática da política social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-148-0

DOI 10.22533/at.ed.480192202

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas sociais – Brasil.
3. Política pública – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“O que transformou o mundo não foi a utopia. Foi a necessidade.”

José Saramago

Um dos maiores desafios dos governos na atualidade é a demonstração de eficiência na prestação de serviços e implementação de políticas públicas. As estruturas governamentais são, em todos os níveis de atuação, complexos sistemas organizacionais, os quais se apoiam em recursos humanos, equipamentos, tecnologia, e outros meios, com o objetivo de operar a diversidade de serviços à sociedade. Além de dar conta dos déficits sociais acumulados, sobretudo no caso de países em desenvolvimento, os governos lidam com interesses sociais, econômicos e políticos distintos que refletem a diversidade da sociedade. Deve-se compreender que os problemas sociais são multidimensionais e, por essa razão, sua resolutividade não está restrita a um único setor ou a mudanças meramente técnicas e administrativas na gestão pública, mas na superação da configuração fragmentada e desarticulada em que se encontram as políticas públicas. Travar o debate acerca da configuração das políticas sociais, considerar que existe um grande desafio a ser enfrentado, pois compreensão à base de uma leitura crítica que envolve reconhecer a importância da historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista e o seu desvendamento dialético. Pereira (2011, p. 2), aborda que “a política social constitui um processo internamente contraditório, que ao mesmo tempo atende interesses opostos”, demandando assim esforços fincados no conhecimento dos seus movimentos, tendências e não convergências para que estratégias políticas possam favorecer a extensão da democracia e da cidadania. Para analisar o debate acerca da política social é necessário não só o entendimento da sua pertinência para o atual contexto de implementação das políticas públicas, como também é imprescindível a reflexão das abordagens conceituais sobre a referida temática. Esta discussão é entendida aqui como um processo que extrapola o âmbito da dimensão técnica, tendo como conjugação as dimensões políticas, ideológicas e culturais. Certas limitações têm perpassado os estudos voltados para essa temática, principalmente em relação ao entendimento da dimensão histórica e política que este debate exige. Embora a perspectiva da política social seja um elemento recente na agenda das políticas sociais, esta tem sido considerada como uma possibilidade de enfrentamento das problemáticas estruturais advindas do isolamento e fragmentação das políticas sociais brasileiras.

No artigo **A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** as autoras Cláudia Maria Costa Gomes, Maria da Conceição da Silva Cruz, Ana Karoline Nogueira de Souza, Ana Manoela da Silva Lima, analisam, em particular, o período designado como a era Lula (2003-2016), em que o país apresentou uma melhora crescente nos indicadores sociais e econômicos. No artigo **A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA**

IDOSA, os autores Sara do Nascimento Martins, Regiane de Nazare de Sousa Rocha, Maria Leonice da Silva de Alencar, Edinalva Pinto Poça buscam realizar uma análise conceitual sobre o envelhecimento e a educação permanente, e também sobre a implementação das políticas sociais que foram cruciais para garantir e efetivação de direitos sociais da pessoa idosa. No artigo **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL**, a autora Ketnen Rose Medeiros Barreto, Faz uma discussão sobre a ideia de controle social a partir dos estudos realizados junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). No artigo **A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG**, os autores Ednéia Alves de Oliveira, Nelson Machado Pinho Junior realiza um levantamento dos programas e projetos em desenvolvimento na cidade e para qual público eles eram destinados, corroborando a hipótese de que tais políticas são direcionadas a jovens, na sua maioria, pobres e da periferia, promovendo renda baixa e não inserção no mercado de trabalho. No artigo **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**, a autora Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira explanar sobre a precarização do trabalho e discorrer sobre as suas expressões a nível mundial. Para tanto, referencia-se na teoria social crítica. No artigo **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS**, analisa a presença das políticas sociais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando identificar as concepções orientadoras e os investimentos realizados no sentido de viabilizar as propostas apresentadas. No artigo **CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA**, a autora Daniela de Carvalho Ciriaco trata de alguns elementos que auxiliam na compreensão da formação brasileira a partir da expansão do capitalismo e de como os processos que decorrem deste, as reformas neoliberais são implementados tardiamente trazendo sérias consequências para a efetivação das políticas sociais e para as condições de reprodução da classe trabalhadora. No artigo **CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**, as autoras Mari Aparecida Bortoli, Carlos Nelson dos Reis, Heloísa Teles busca discutir a relação entre as condições de vida e as estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas pelos/as catadores/as de materiais recicláveis que atuam na coleta seletiva. No artigo **DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO**, os autores Ariele Azevedo da Silva Vieira, Leonardo Barcelos Vieira, Angela Maria Caulyt Santos da Silva refletiu-se sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social frente às políticas sociais que contribuem para a resistência e preservação do Congo enquanto rica e expressiva manifestação cultural, na formação histórico-cultural do povo capixaba. No artigo **DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL** as autoras Ermildes Lima da

Silva, Louise Oliveira Ramos Machado buscaram ao longo do trabalho apresentar algumas inquietações, potencialidades e os desafios da supervisão de estágio na atual conjuntura caracterizada pela mercantilização e precarização da educação superior e das condições de trabalho e os rebatimentos no processo de formação profissional. No artigo **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA – MG** o autor Nelson Machado Pinho Junior Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da relação público-privado na gestão da Política de Assistência Social no município mineiro de Juiz de Fora, através da análise da dimensão do orçamento. No artigo **ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF** a autora Cassiana Ferreira Simões O presente trabalho analisou o acesso e as condições de permanência dos alunos das universidades públicas federais após a implementação das políticas de democratização do acesso Educação Superior, sobretudo, a Política de Ação Afirmativa. Para tanto, o campo para a realização da pesquisa foi o ESR/UFF, em que foram alvos os estudantes ingressos por meio das ações afirmativas, nas modalidades concernentes às cotas sociais, no período de 2013 a 2016.

No artigo **ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO**, os autores Letícia Batista da Silva, Luanda Café Santana dos Santos, Tarcila Freitas de Sousa desenvolve-se uma reflexão sobre o padrão de financiamento da política de saúde no Brasil, para a compreensão das condições objetivas e materiais ao trabalho em saúde. No artigo **ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE** os autores Bruno Moretti, Ana Paula Menezes do Rego buscam examinar a evolução das despesas federais de saúde entre 2014 e 2018. Procura-se mostrar o impacto da crise sobre tais despesas, revelando como a austeridade constrange a ação do Estado, tendência intensificada com a Emenda Constitucional que limita as despesas primárias aos valores do ano anterior, ajustados pela inflação. No artigo **POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS** os autores Danielle Galdino, Cristiano Guedes trazem o resultado de uma pesquisa de mestrado que mostra a história do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, seus desafios e limites, o perfil e as necessidades dos protegidos, o significado de proteção adotado por ele e quais necessidades humanas consegue atender. No artigo **QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO**, o autor Tauã Lima Verdán Rangel analisar o banco de alimentos, típico equipamento público de alimentação brasileiro, na promoção do direito humano à alimentação adequada e promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. No artigo **RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017**, as autoras Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz e Flávia Abud Luz propõem-se a refletir sobre o racismo institucional no Brasil; um mecanismo fundado no poder e utilizado via

de regra e historicamente para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante). No artigo **REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA** Rosimary de Souza Lourenço, Marlene de Deus Lima, Yoshiko Sasaki, buscam discutir sobre a educação e sua relação com o processo de ampliação de cidadania implica em conhecer a concepção de educação e a natureza e intervenção do Estado. No artigo **SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO**, as autoras Michele Ribeiro de Oliveira, Renata Lígia Rufino Neves de Souza. buscam discutir o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais não se resumem a políticas compensatórias — via transferência direta de renda aos mais necessitados —, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. No artigo **TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS**, autora Hamida Assunção Pinheiro busca trazer a discussão das tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. No artigo **VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL**, a autora **Wilma Lúcia Rodrigues Pessoa** analisa a articulação entre o racismo e a violência institucional do Estado Brasileiro na promoção do genocídio da juventude negra como componente estrutural da opressão de classe. Parto da consideração do que foi a constituição do racismo no Brasil suas especificidades e sua relação com o processo de expansão do capitalismo em escala global.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Cláudia Maria Costa Gomes	
Maria da Conceição da Silva Cruz	
Ana Karoline Nogueira de Souza	
Ana Manoela da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4801922021	
CAPÍTULO 2	17
A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA	
Sara do Nascimento Martins	
Regiane de Nazare de Sousa Rocha	
Maria Leonice da Silva de Alencar	
Edinalva Pinto Poça	
DOI 10.22533/at.ed.4801922022	
CAPÍTULO 3	26
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.4801922023	
CAPÍTULO 4	38
A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG	
Nelson Machado Pinho Junior	
Ednéia Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922024	
CAPÍTULO 5	51
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922025	
CAPÍTULO 6	60
AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4801922026	
CAPÍTULO 7	74
CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA	
Daniela de Carvalho Ciriaco	
DOI 10.22533/at.ed.4801922027	

CAPÍTULO 8	88
CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	
Mari Aparecida Bortoli Carlos Nelson dos Reis Heloísa Teles	
DOI 10.22533/at.ed.4801922028	
CAPÍTULO 9	103
DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO	
Ariele Azevedo da Silva Vieira Leonardo Barcelos Vieira Angela Maria Caulyt Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4801922029	
CAPÍTULO 10	117
DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	
Ermildes Lima da Silva Louise Oliveira Ramos Machado	
DOI 10.22533/at.ed.48019220210	
CAPÍTULO 11	128
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORÁ - MG	
UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO MUNICIPAL	
Nelson Machado Pinho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48019220211	
CAPÍTULO 12	140
ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF	
Cassiana Ferreira Simões	
DOI 10.22533/at.ed.48019220212	
CAPÍTULO 13	150
ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO	
Letícia Batista da Silva Luanda Café Santana dos Santos Tarcila Freitas de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220213	
CAPÍTULO 14	161
ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE	
Bruno Moretti Ana Paula Menezes do Rego	
DOI 10.22533/at.ed.48019220214	

CAPÍTULO 15	174
POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	
Danielle Galdino Cristiano Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.48019220215	
CAPÍTULO 16	188
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdán Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.48019220216	
CAPÍTULO 17	201
RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017	
Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz Flávia Abud Luz	
DOI 10.22533/at.ed.48019220217	
CAPÍTULO 18	210
REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
Rosimary de Souza Lourenço Marlene de Deus Lima Yoshiko Sasaki	
DOI 10.22533/at.ed.48019220218	
CAPÍTULO 19	222
SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO	
Michele Ribeiro de Oliveira Renata Lúgia Rufino Neves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.48019220219	
CAPÍTULO 20	234
TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS	
Hamida Assunção Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.48019220220	
CAPÍTULO 21	246
VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL	
Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220221	
SOBRE A ORGANIZADORA	255

A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG

Nelson Machado Pinho Junior
Ednéia Alves de Oliveira

RESUMO: Este artigo é resultado de uma pesquisa documental, realizada no período de 2015 a 2016. A coleta de documentos se deu através de sites e documentos de sites oficiais da prefeitura de Juiz de Fora e visitas sistemáticas às diversas instituições responsáveis pela implementação da política de geração de emprego e renda no município. O objetivo era fazer um levantamento dos programas e projetos em desenvolvimento na cidade e para qual público eles eram destinados, corroborando a hipótese de que tais políticas são direcionadas a jovens, na sua maioria, pobres e da periferia, promovendo renda baixa e não inserção no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Políticas públicas. Programas de emprego.

ABSTRACT: This article is the result of documental research, conducted throughout the years 2015 and 2016. The collection of documents was made through systematic visits to various institutions responsible for implementation of the employment and income generation policy in the city of Juiz de Fora, Minas Gerais. The goal was to make a survey of the programs and projects under development

in the city and to which audience they were intended, which corroborates the hypothesis that such policies are aimed at young people, mostly poor and from suburbs, promoting low income, instead insertion in job market.

KEYWORDS: Work. Public policies. Employment programs.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de um estudo documental sobre as políticas de geração de emprego e renda desenvolvidas nos últimos cinco anos no município de Juiz de Fora. Consideramos esse um tema pertinente pelo fato de que o desemprego é hoje um dos maiores problemas sociais da humanidade. Seu aumento se deu a partir do esgotamento do padrão fordista/keynesiano; que tornou evidente a crise estrutural do capital.

Nos anos 1990 o processo de reestruturação produtiva introduziu novas tecnologias, aumentando o trabalho morto e diminuindo ainda mais a oferta de empregos. Ao mesmo tempo as contrarreformas estruturais também afetaram os trabalhadores, à medida que promoveram flexibilização de contratos e aumento de impostos, diminuindo o poder de compra dos trabalhadores e precarizando

as condições de vida e trabalho dos mesmos (OLIVEIRA,2012). As medidas de contenção dos gastos públicos, associadas às mudanças no padrão organizativo das empresas provocaram uma perda do poder aquisitivo dos trabalhadores e um aumento irreversível do desemprego, ampliando a superpopulação relativa e gerando uma massa de trabalhadores “supérfluos” e “desnecessários” ao processo produtivo.

A partir de então as agências multilaterais delinearam estratégias para reversão do quadro de desemprego que previam o investimento em programas de geração de emprego e renda tanto para países centrais quanto periféricos. No caso do Brasil, consideramos que as políticas de emprego e renda têm se tornado um mecanismo paliativo de responder ao endêmico problema do desemprego nos últimos anos. Seguindo as orientações das agências multilaterais, estas políticas têm primado por difundir uma lógica de culpabilização dos sujeitos pela sua condição, apostando em saídas individuais como a defesa do empreendedorismo, da (re) qualificação ou ainda oferecendo renda aos mais pobres, em especial aos jovens da periferia, através de programas de renda, que apenas reforçam o legado assistencialista da política social nos países da periferia.

Nestes países, de acordo com Oliveira (2012), as políticas de emprego objetivam mascarar a realidade do desemprego como resultado da própria dinâmica de acumulação do capital, na sua fase atual, quando se agudiza o processo de reestruturação produtiva e a introdução de novas tecnologias, aumentando o trabalho morto e fazendo ampliar de forma significativa a superpopulação relativa, sobretudo na sua parte estagnada. É sobre este segmento da classe trabalhadora que se destina as políticas de emprego, pois são os mais afetados pela dinâmica da acumulação.

2 | A POLÍTICA DE EMPREGO EM JUIZ DE FORA

O trabalho sempre representou um elemento central na vida humana. Desde o início da civilização, homens e mulheres sempre tiveram no trabalho um elemento de organização social, determinando a vida nas comunidades. Esta constatação permitiu a Marx (2013) considerar que uma sociedade baseada na figura de Robinson Crusóé é inviável, pois elimina o caráter coletivo do trabalho e, conseqüentemente, seu elemento social. Ou seja, para esse autor o trabalho se configura como a constituição do ser social, um momento marcado pela ruptura do seu estágio natural, permitindo que homens e mulheres modifiquem a natureza extraíndo dela coisas úteis e ao mesmo tempo transformando sua consciência. Pela sua ação teleológica, o ser social se diferencia dos demais animais, sendo capaz de pensar e elaborar o produto de seu trabalho antes de sua construção. Por se constituir como um ato histórico, homens e mulheres transformam não somente os objetos, mas transformam-se a si mesmo, possibilitando a emancipação humana. Este caráter libertador do trabalho foi sendo, no decorrer da história, solapado e o trabalho foi se transformando em objeto

de subordinação de um homem sobre outro, como nos revela os longos períodos de escravidão e de servidão, permitindo a riqueza de determinados grupos sociais e o entendimento do trabalho, principalmente o trabalho manual, como elemento de inferioridade. Nas sociedades burguesas a exploração do trabalho se torna mais evidente, apesar da aparente relação de liberdade estabelecida pela compra e venda da força de trabalho. Não é por acaso que esta forma de organização social tem gerado um debate profícuo sobre a categoria trabalho, um debate bastante atual, mas que os teóricos da sociedade burguesa procuram naturalizar, numa tentativa de situar o trabalho como uma atividade meramente laborativa, sem nenhuma correlação histórica e conflitual.

Para Marx (1988), o trabalho é fundamental no processo de produção da riqueza, e neste percurso analítico, Marx buscou explicitar a constituição do trabalho como mercadoria e, portanto, como produtor de valor de troca. Como o objetivo central da sociedade capitalista é a geração de riqueza via produção de mercadorias, se torna fundamental que esta mercadoria seja transformada em objeto de troca e de lucro. É necessário que ultrapasse o seu caráter apenas de valor de uso para se tornar uma mercadoria com caráter de valor assegurando a acumulação de capital via apropriação de mais-valia sobre o trabalho gratuito. Este decréscimo dos fatores subjetivos em detrimento dos fatores objetivos amplia a acumulação de capital, pois tende a aumentar a parte do capital constante à custa do capital variável. Este momento é caracterizado pela expansão da concentração e centralização do capital.

Para além da concentração/centralização, a acumulação vai impor uma dinâmica peculiar na relação capital constante e capital variável. Ou seja, o progresso da acumulação amplia a composição orgânica do capital e diminui relativamente a parte do capital variável empregado na produção capitalista. Quanto mais o capitalista investe em meios de produção, menor será o emprego da força de trabalho, ou da parte variável do capital. Ao contrário, quanto maior a grandeza do capital global menor a incorporação de força de trabalho. Isto não significa que a produção tende a diminuir, ela simplesmente passa a depender menos da força de trabalho e mais da utilização de meios de produção.

É necessário que a acumulação do capital global seja acelerada para absorver um número adicional determinado de trabalhadores ou mesmo, em virtude da constante metamorfose do capital velho, para continuar ocupando os trabalhadores que se encontram desempregados. Ademais, essa acumulação crescente e a própria centralização causam novas mudanças na composição do capital ou nova redução acelerada de sua parte variável em relação à constante. Essa redução relativa da parte variável do capital, acelerada com o aumento do capital global, e que é mais rápida do que este aumento, assume, por outro lado, a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido que o do capital variável ou dos meios de ocupação dessa população (MARX, 2013).

A acumulação capitalista, portanto, sempre necessita da geração de uma força de

trabalho desnecessária, excedente relativamente, para além das suas necessidades de expansão. Este movimento de expulsão ou de inserção dos trabalhadores depende do dinamismo do processo de acumulação. Em alguns momentos a força de trabalho ocupada será mais demandada em face da expansão de alguns ramos da produção, ora esta força de trabalho será reduzida pelo emprego de mais tecnologia. O que é interessante destacar é o fato de que neste modo particular de produção, o trabalhador é quem vai produzir os mecanismos de constituição de sua própria “exclusão”. Isto é, com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária” (MARX, 2013, p. 706).

Desde o início da industrialização, o capital vem aprimorando suas técnicas para extrair maior produtividade do trabalho sem despender maior quantidade de capital. Por isto, em alguns momentos, lançam mão de estratégias para extrair maior produtividade a custos mais baixos como, por exemplo, substituição da força de trabalho masculina pela feminina ou infantil, aumento do ritmo e da intensidade do trabalho, utilização de força de trabalho menos qualificada, a introdução de máquinas etc.

Esta relação é mais visível quando se trata da substituição dos homens pelas máquinas. Ao contrário dos mecanismos elencados anteriormente, o uso capitalista da maquinaria expulsa homens, mulheres e crianças. Neste caso não há a substituição de uns pelos outros, mas de todos pelas máquinas, afetando a lei geral da oferta e da procura e provocando uma concorrência entre os próprios trabalhadores que passam a disputar entre si as vagas oferecidas no mercado de trabalho, garantindo a formação do exército industrial de reserva ou da superpopulação relativa.

Com o progresso da acumulação, a massa de riqueza social se amplia formando um *quantum* de capital adicional que precisa ser investido em outros setores produtivos. Mas estes novos investimentos devem ter à disposição grandes massas de trabalhadores para não comprometer os outros ramos da produção e manter os níveis dos salários baixos. Isto só pode ser possível com a formação da superpopulação excedente. A indústria moderna necessita deste movimento de transformação da massa de trabalhadores em desempregados ou em parcialmente empregados. Ou seja, produzir uma população excedente é elemento fundamental para responder às necessidades de expansão do capital.

Porém, a superpopulação relativa não é uma categoria monolítica, estável, onde se incluem determinados segmentos de trabalhadores e excluem-se outros. Pelo contrário, todo e qualquer trabalhador é parte dela durante o período em que está fora do mercado de trabalho. Lembramos que em nenhum momento da história do modo de produção capitalista existiram mecanismos de garantia plena de emprego para o trabalhador no mercado de trabalho. Sua inserção ou exclusão do mercado de trabalho depende dos momentos de crise e/ou de expansão do processo de industrialização, da pressão dos trabalhadores organizados ou ainda das políticas governamentais adotadas pelos governos dos diferentes países. Porém, para além destas situações,

Marx vai definir outras três formas em que a superpopulação relativa se manifesta. A primeira delas ele chama de flutuante. Nesta forma, o número de trabalhadores das fábricas, manufaturas, usinas siderúrgicas e minas pode aumentar ou diminuir, aumentando o número de empregados, porém não na mesma razão do aumento da produção.

A outra forma seria a constante migração do campo para a cidade, principalmente quando a agricultura introduz técnicas capitalistas e expulsa milhares de trabalhadores rurais que, por não encontrarem postos de trabalho na agricultura se voltam para as cidades em busca de oportunidade de trabalho, formando um excedente de trabalhadores também na área rural. Por último, tem-se a forma estagnada da superpopulação relativa representada pelos trabalhadores irregulares, cuja ocupação não se insere nem na grande indústria nem na agricultura. São os trabalhadores supérfluos, precários e temporários, mas que contribuem para a lógica da acumulação, pois pressionam o contingente de trabalhadores excedentes para cima. A superpopulação relativa estagnada divide-se em três grupos, os aptos para o trabalho, os filhos e órfãos dos indigentes e os incapazes para o trabalho. Nesta última categoria encontram-se as viúvas, idosos, deficientes físicos e mentais, os doentes e os mutilados.

É nesta fração da classe trabalhadora que se expande com maior rapidez a pauperização e a miséria. Mas é também parte essencial para o aumento da riqueza capitalista. Esta é para Marx, a “lei geral, absoluta, da acumulação capitalista” (2013, p.719,720). O aumento do pauperismo, portanto, está na razão direta da expansão da acumulação da riqueza. A pauperização atinge os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, haja vista que a relação salarial é sempre estabelecida como necessária a suprir as necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Por isto, paralelo ao pauperismo dos excluídos do mercado de trabalho, assiste-se a um processo de precarização das condições de vida da população trabalhadora. O aumento da produtividade de trabalho produz uma maior pressão em torno dos trabalhadores, precarizando suas condições de existência. Na medida em que o capital acumula, faz-se necessário piorar as condições de vida do trabalhador, não importa sua remuneração. Ao extrair maior produtividade do trabalho, o capitalista transforma o trabalhador em fragmentos de ser humano, em apêndice da máquina. O trabalho passa a ser entendido como sofrimento, não importa se o trabalho é mais ou menos remunerado

É sobre esta parcela da população que são direcionadas as políticas de emprego. Estas podem ser classificadas em dois tipos. As políticas que visam prestar assistência financeira ao trabalhador desempregado são chamadas de políticas passivas, como o seguro-desemprego e o adiantamento de aposentadorias. As políticas ativas, por sua vez, são aquelas destinadas a demandas de trabalho com ações na qualificação profissional.

Nos países centrais, sobretudo nos que adotaram a política de bem-estar social, as políticas passivas foram mais frequentes, impedindo por algum tempo o aumento do

desemprego. Nos países periféricos, ao contrário, o incentivo ao empreendedorismo, a flexibilização de leis trabalhistas, mudanças nos tipos dos contratos e expansão da terceirização foram mais frequentes. Associado a esta flexibilização, devemos destacar que o Estado brasileiro sempre desenvolveu uma política social com caráter assistencialista, desconsiderando a proteção a todos os trabalhadores, excluindo, desta forma, aqueles fora do mercado de trabalho. Nesta lógica, o país cresceu, mas não promoveu políticas sociais abrangentes. Nem mesmo com a Constituição Federal de 1988 este quadro foi alterado, embora algumas mudanças na lei tenham ocorrido. Por outro lado, o legado do trabalho negro e escravo e os longos períodos de ditadura civil e militar, apenas reforçou esta lógica, haja vista que a legislação trabalhista se mostrou excludente e corporativa, favorecendo ainda uma estrutura sindical atrelada aos interesses do Estado. Conforme Oliveira (2017), o resultado foi a inexistência de um sistema de proteção social para os excluídos do mercado de trabalho e de uma política salarial que permitisse a inserção via mercado de consumo. Não por acaso, o quadro de desigualdade social, de pobreza e miséria no país não vem se alterando nos últimos anos, pelo contrário, cresce exponencialmente o segmento da superpopulação relativa, ampliando as políticas punitivas e repressivas ou ainda paliativas como as de geração de renda.

2.1 As políticas de geração de emprego e renda no município de juiz de fora

No caso de Juiz de Fora, as políticas de emprego e renda seguem as diretrizes da política nacional, que por sua vez, segue as orientações das agências multilaterais. O público a que se destinam são na sua maioria jovens e moradores da periferia. Conforme já salientado, nosso objetivo é uma apresentação sumária das principais políticas e programas desenvolvidos no município, sem qualquer pretensão, neste momento, de um debate mais profícuo sobre os processos avaliativos, os resultados alcançados, e o número de pessoas contempladas com as políticas supracitadas. Nossas informações foram obtidas através de correspondência eletrônica, consulta a documentos institucionais de base legal e *site* dos órgãos municipais responsáveis pela gestão e execução das políticas de emprego e renda na cidade, são elas: a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Geração de Emprego e Renda (SDEER) e a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), revelando o mosaico de iniciativas e de órgãos municipais responsáveis pela mesma política.

De acordo com o *site* da Prefeitura de Juiz de Fora, a SDEER, regulamentada pelo Decreto nº 11.561, de 15 de maio de 2013 é subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo, dotada de autonomia administrativa, orçamentária e financeira. Possui 19 atribuições, sendo a primeira “formular e coordenar a política municipal de desenvolvimento econômico, trabalho e geração de emprego e renda e supervisionar sua execução, em sua área de competência” (JUIZ DE FORA, 2013).

Em visita à referida Secretaria, a assessoria de comunicação nos informou que a SDEER oferece um *site* de empregos, programas de orientação para o mercado

de trabalho e de incentivo ao empreendedorismo. Apesar de termos solicitado, não tivemos acesso à documentação referente aos projetos dos programas. Via *e-mail*, a assessora de imprensa encaminhou *links* com notícias sobre os serviços oferecidos, mas sem detalhar o funcionamento dos mesmos, assim como os objetivos, o público atendido, os resultados obtidos, entre outras informações. Os programas aos quais nos referimos são: JF Orienta, vinculado ao Portal JF Empregos, e o Você+empreendedor. O mesmo ocorreu quando buscamos obter informações sobre o funcionamento do “Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Geração de Renda” normatizado pela Lei nº 13.152, de 18 de junho de 2015. Apesar da existência do Conselho, não conseguimos constatar se seu funcionamento vem sendo utilizado para subsidiar a política de emprego e renda no município.

O **JF Orienta** vem no sentido de difundir conhecimento sobre as exigências de uma boa apresentação ao mercado de trabalho, como parte da aprendizagem profissional. Constitui-se em um projeto que objetiva levar informações e orientações a respeito de mercado de trabalho, postura profissional, elaboração de currículos e entrevistas de emprego. Tais conhecimentos são difundidos através do Portal JF Empregos e em eventos ligados à SDEER (JUIZ DE FORA, 2015; s/a).

O Portal **JF Empregos** se constitui em um *site* oficial da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) no qual são disponibilizadas informações sobre vagas disponíveis no mercado de trabalho. No portal é possível ao usuário acessar informações sobre ofertas de emprego, estágio, cadastrar currículos, bem como anunciar postos de trabalho e pesquisar por profissionais para ocupá-las. Vale ressaltar que o serviço é gratuito e aberto a todos os interessados. As pessoas com dificuldade de acessar o endereço eletrônico podem entrar em contato por meio telefônico, ou comparecer a alguma sede regional da Prefeitura Municipal portando Cadastro de Pessoa Física (CPF) e carteiras de identidade e trabalho (JUIZ DE FORA, 2015; s/a).

O Projeto “**Você + empreendedor**” se materializa em eventos realizados pela Prefeitura de Juiz de Fora, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Geração de Emprego e Renda, em parceria com outras secretarias municipais e com o Sistema Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae Minas). O evento objetiva oferecer consultoria a microempreendedores individuais no intuito de estimular a formalização destes. A programação destes eventos inclui palestras sobre cartão de crédito para microempreendedores, certificado digital, qualidade no atendimento, planejamento, benefícios previdenciários; bem como expedir alvará de microempreendedor individual (MEI). Em três edições realizadas no município, o projeto atendeu mais de 400 pessoas. Dessas, 205 saíram com o alvará de funcionamento como microempreendedor individual em mãos (JUIZ DE FORA, s/a).

Por *e-mail* com a SDS, conseguimos acesso à informações sobre alguns projetos e programas existentes no município. De acordo com a assessoria de comunicação da referida Secretaria, estão sendo desenvolvidos no município os seguintes “serviços e programas de geração de renda”: Casa da Menina Artesã; Casa do Pequeno Jardineiro;

Programa Municipal de Atendimento a Adolescentes (PROMAD); Agente do Amanhã; Poupança Jovem; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); e Pronatec Aprendiz (programa piloto), Pro Jovem Urbano e Soldado Cidadão. Vale ressaltar que os quatro primeiros programas são da Prefeitura de Juiz de Fora, mas coordenados pela Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), entidade civil sem fins lucrativos que desde 1985 atua no município com o propósito desenvolver projetos na área da Assistência Social¹. O Poupança Jovem é vinculado ao governo de Minas Gerais, e o Pronatec, Pro Jovem Urbano, Pronatec Aprendiz e Soldado Cidadão são programas desenvolvidos em parcerias com o governo federal.

O programa **Casa da Menina Artesã** é destinado a adolescentes do sexo feminino com idades entre 14 e 24 anos. Seu objetivo é promover a inclusão social por meio do curso de Formação em Artesanato e da Oficina de Trabalho de Produção Artesanal, com geração de renda, oferecendo formação sociopedagógica, oficinas e acompanhamento de profissionais das áreas de educação artística, serviço social e pedagogia (AMAC, s/a).

O programa **Casa do Pequeno Jardineiro** é voltado para adolescentes do sexo masculino, entre 14 e 24 anos, que estejam em “situação de vulnerabilidade pessoal e ou social”, prioritariamente com baixa escolaridade. No projeto são desenvolvidas atividades referentes à jardinagem, botânica, paisagismo e horticultura. Os alunos recebem bolsa aprendizagem, material didático, vale-transporte e alimentação a cada dois meses de curso. Caso apresentem bom desempenho após esse período, são contratados por um ano como aprendizes por empresas parceiras do programa (AMAC, s/a).

O **PROMAD** oferece capacitação profissional através de um curso de Formação em Serviços Administrativos para adolescentes de ambos os sexos que tenham entre 14 e 18 anos, que estejam “em situação de vulnerabilidade social” e com escolaridade mínima de 8º ano do ensino fundamental. Dependendo do desempenho apresentado há possibilidade de encaminhamento ao mercado de trabalho. O serviço ocorre em duas etapas: no primeiro momento o adolescente participa do curso, no qual a prioridade é desenvolver “habilidades sociais” de forma a prepará-lo para o mundo do trabalho; na segunda fase, o jovem “bem avaliado” garante a oportunidade de inserção no mercado de trabalho como “aprendiz em Serviços Administrativos” (AMAC, s/a).

O **Agente do Amanhã** é um projeto que se diferencia dos supramencionados por incluir adultos. Com o objetivo de gerar emprego e renda, trata-se uma parceria com a Votorantim Metais e o Instituto Votorantim e que oferece cursos gratuitos de capacitação para pessoas com idades entre 16 a 29 anos, que residam preferencialmente no bairro Igrejinha ou na região norte da cidade, região estratégica pelo adensamento industrial.

Nesse ponto, cabe salientar que os quatro programas supramencionados têm como forma de participação a solicitação no CRAS de referência do bairro do interessado. Ou seja, a comprovação da sua condição de morador da periferia e de ter baixa renda.

No caso do programa **Poupança Jovem**, seu objetivo é combater a evasão escolar oferecendo um benefício financeiro de R\$ 1.000 (mil reais) pela aprovação do estudante em cada série do Ensino Médio. No final, os participantes recebem 3.000 (três mil reais) mais os rendimentos da poupança. Ao longo do programa devem ser oferecidas atividades de aprendizagem, culturais, esportivas, de caráter comunitário e complementar, além de acompanhamento social. Para participar o aluno deve estar regularmente matriculado no Ensino Médio das escolas públicas estaduais de Juiz de Fora e procurar o Educador Social solicitando a adesão ao programa. O programa caracteriza-se, portanto, quase que exclusivamente, como um programa de geração de renda e incentivo ao estudo”.

O **Pronatec** é um programa de âmbito nacional e oferece cursos técnicos e profissionalizantes gratuitos. Os interessados devem ter idade acima de 16 anos e estarem inscritos no CadÚnico - cadastro de famílias do Governo Federal que busca identificar o grau de vulnerabilidade - além de possuir a escolaridade mínima prevista no catálogo de cursos do programa. Em Juiz de Fora, a SDS é responsável por realizar as pré-matrículas no período de inscrição determinado e os beneficiários do programa bolsa família têm prioridade.

Nesse sentido, há também o **Pronatec Aprendiz**, que é um programa piloto cujas vagas são ofertadas, prioritariamente, à jovens e adolescentes inseridos em serviços da Proteção Social Especial (casas de acolhimento institucional, em cumprimento de medidas socioeducativas etc.). Para a SDS a oferta de capacitação profissional poderá “contribuir para a superação de situações de vulnerabilidade e violações de direitos entre adolescentes e jovens pela dimensão da renda e pela inclusão social”. Podem participar jovens e adolescentes com idade entre 15 e 24 anos que frequentam a escola, após serem selecionados pelo serviço de Proteção Social Especial da SDS.

Existe ainda um programa de geração de emprego e renda ligado à Secretaria de Educação (SE): o **ProJovem Urbano**. O projeto promove qualificação na área de alimentação para jovens que possuam idade entre 18 e 29 anos e que não tenham completado o ensino fundamental. As atividades promovidas são cursos de cozinheiro auxiliar, repositor de mercadoria, chapista e ambulante. As inscrições são feitas na SE. Os benefícios do programa são: auxílio de R\$100 (cem reais) mensais para alunos com frequência mínima de 70% das aulas. Para as alunas que não têm com quem deixar seus filhos, são disponibilizadas cuidadoras pelo programa durante o período das aulas, que ocorrem na Escola Municipal Cosete de Alencar, no bairro Santa Catarina.

Projeto de iniciativa do Ministério da Defesa é o “**Soldado Cidadão**”. O programa criado em 2004 tem abrangência em todo o território nacional e visa qualificar através de cursos técnicos e profissionais nas áreas de telecomunicações, informática, construção civil, alimentícia e saúde, entre outras, os militares que estão prestes a se desligar das Forças Armadas. Os cursos são gratuitos e ministrados em parceria com instituições do Sistema S –como o Senai e o Senac – e outras entidades ligadas ao ensino profissional e técnico para militares que darão “baixa” do serviço ativo tenham

mais chances de colocação no mercado de trabalho (BRASIL, 2014).

Os cursos do Projeto Soldado Cidadão são realizados no horário do expediente e duram dois meses, com carga mínima de 160 horas. O Ministério da Defesa estima que pelo menos 67% dos beneficiados pelo programa acabam fazendo carreira na mesma área em que foram qualificados pelo projeto. Como a demanda pelas vagas do Soldado Cidadão é maior do que a oferta, a participação nos cursos acaba servindo como prêmio para militares com boa conduta ou que tenham condição econômica mais precária (BRASIL, 2014).

No caso de Juiz de Fora, o projeto supracitado é realizado em parceria entre o Exército Brasileiro e o Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do transporte (SEST/SENAT). O SEST/SENAT, no último ano, ministrou o curso de mecânico de manutenção automotiva. Durante o período de formação, os participantes passam por dois módulos: o básico, que possui aulas que englobam mudanças, como postura corporativa, meio ambiente, segurança no trabalho e empreendedorismo; e o específico, com conteúdos técnicos e fazem prática em oficina escola. Após aprovação em todos os módulos e preenchido o requisito de 75% de frequência mínima, os alunos recebem certificado do referido curso (SEST-SENAT, 2015a; 2015b).

Por fim, projeto de iniciativa de uma instituição privada sem fins lucrativos é o **Programa de Aprendizagem Profissional** desenvolvido pela Associação de Proteção à Guarda Mirim de Juiz de Fora, entidade criada pelo Rotary Club da cidade. O referido programa consiste em oferecer capacitação a adolescente de 14 a 18 anos incompletos, para que estes possam aprender o “que representa o mundo do trabalho” e para que a empresa receba um aprendiz mais adaptado ao funcionamento de uma empresa. Na Guarda Mirim, como é mais conhecida a Associação, os jovens aprendizes passam por 288 horas de aulas teóricas que abordam temas como informática, marketing pessoal, empreendedorismo, preparação para entrevistas, segurança, saúde e higiene no trabalho, planejamento pessoal e profissional, entre outros assuntos relacionados a atividades administrativas.

Concomitante ao período de qualificação, os adolescentes são encaminhados às empresas para realizarem atividades de iniciação ao trabalho por jornadas de seis horas diárias. O SENAC e SEST/SENAT ministram conteúdos específicos relacionados às empresas que os selecionou. O adolescente pode permanecer por um período de até dois anos como jovem aprendiz, período no qual a empresa que os contratou assume a responsabilidade da aprendizagem prática. Conforme descrição no site da Guarda Mirim:

A Guarda Mirim faz o monitoramento do processo para orientar o jovem quanto aos seus deveres e direitos, e o empregador, para ajudá-lo a lidar com os aprendizes, assim como indicar as áreas nas quais eles podem atuar, para que não corram riscos e, por fim, fazer com que sejam realmente aprendizes. Este monitoramento tem como objetivo garantir a qualidade da inserção do aprendiz na empresa, visando que o processo de aprendizagem esteja dentro da proteção da lei [nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000] (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À GUARDA MIRIM DE JUIZ DE FORA, s/a).

Diante do exposto, podemos contatar que as políticas desenvolvidas na cidade de Juiz de Fora estão em total consonância com as políticas de geração de emprego e renda no país. Tem caráter moralizador, pois visa como descrito acima, constituir nos jovens uma certa forma de comportamento, instituindo a noção de deveres e responsabilidades a serem cumpridas. Por sua vez, não existe uma avaliação dos resultados obtidos com tais iniciativas, mas o que se presencia é uma promoção da renda aos mais pobres, durante um certo período. A exigência de estar incluído no CAD único já traz em si a comprovação da situação de pobreza, estabelecendo critérios de renda para acesso a tais programas. Por outro lado, desconsidera a real situação do mercado de trabalho, em que as vagas não são para todos. Normalmente o trabalho oferecido tem remuneração abaixo daquela paga aos trabalhadores adultos, o que favorece mais as empresas que os adolescentes, pois os ganhos são pífios, permanecendo, portanto a situação de pobreza que originou tais programas. Desta forma, a política de emprego se configura como um paliativo para minimizar os impactos da pobreza, mas não retira os adolescentes e jovens da sua condição histórica de exclusão, reforçando o legado da política social brasileira como descontínua, fragmentada, seletiva e excludente.

3 | CONCLUSÃO

Nota-se que a tendência da política de emprego no Brasil é criar renda para aqueles que não serão inseridos no mercado de trabalho. Como salienta Gorz (1996), os únicos empregos que podem ser criados são aqueles que não são rentáveis, caso fossem remunerados. Estes empregos desapareceram no processo de reestruturação produtiva por serem empregos com baixa qualificação, manuais e de baixa produtividade. Portanto, é preciso gerar formas de inserção dos pobres através de programas assistenciais, subvencionando tais empregos e restabelecendo o pleno emprego, mesmo que sejam empregos precários, com baixa remuneração, sem direito algum e com horários e locais irregulares, mas que permitiria a subsistência mínima do trabalhador.

É o caso do Brasil cujos investimentos se resumem na implementação de programas voltados para os jovens ou para os trabalhadores de baixa renda como o Pro jovem e o Soldado Cidadão, só para citar alguns. Tais medidas não objetivam reverter o endêmico problema do desemprego, apenas apostam na capacidade individual do trabalhador, gerando um processo de responsabilização dos sujeitos que tendem a buscar nos cursos de formação e qualificação a saída para a questão do desemprego. Outra estratégia é a transferência de parcela da responsabilidade para a sociedade civil, como é o caso das ONGs e de entidades filantrópicas, reforçando o comunitarismo, tendência atual das políticas sociais no neoconservadorismo. O próprio Estado tem estimulado o desenvolvimento de atividades informais e empreendedoras como sendo uma forma de solução para a crise do desemprego e pela insuficiência

de geração de empregos no setor formal da economia, como vendedores ambulantes, empreendedores domésticos, trabalho infantil, revelando uma massa de excluídos do mercado formal de trabalho, o que por sua vez, tende a ampliar a superpopulação relativa. Neste caso a política de emprego atua em consonância com a política de assistência, no sentido de prover renda em contrapartida de oferta de trabalho, seja na frequência de cursos noturnos, nos programas de qualificação da força de trabalho, na prestação de serviços comunitários, etc. Neste caso, se difere, na prática, das propostas teóricas, pois não se enquadram nem nas políticas acessórias, nem nas ativas ou passivas, mas se configurando como meras políticas de transferência de renda, como demonstra o mosaico de programas e ações praticadas pela prefeitura da cidade de Juiz de Fora.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À GUARDA MIRIM DE JUIZ DE FORA. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.guardamirimjf.com.br/institucional/emprego/menor/aprendiz/>> Acesso em: 02 de dez. de 2015.

BRASIL. **Sistema Nacional de Emprego - SINE**. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sine/oquee.asp>> Acesso em: 12 de jul. de 2015.

_____. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)**. Programa de disseminação de estatísticas do trabalho – PDET. 2015. Microdados. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/home/>> Acesso em: 12 de jul. de 2015

_____. **Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm> Acesso em: 02 de dez. de 2015.

_____. **Projeto Soldado Cidadão**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/programa-oferece-formacao-para-soldados>> Acesso em: 09 de dez. de 2015.

GORZ, A. Direito ao trabalho versus renda mínima. *Serviço social e sociedade*, São Paulo, n.52, v.17, dez, p.76-80, 1996.

JUIZ DE FORA. **Decreto Nº 11.561, de 15 de maio de 2013**. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000036408> Acesso em: 12 jul de 2015

JUIZ DE FORA. **“JF Orienta” leva informações sobre elaboração de currículos e mercado de trabalho ao “Mundo Senai 2015”**. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=51189>> Acesso em: 10 de nov. de 2015.

JUIZ DE FORA. **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Geração de Emprego e Renda**. Disponível em: <<http://pjf.mg.gov.br/secretarias/sdeer/>> Acesso em: 13 de jul de 2015.

JUIZ DE FORA. **Serviços e programas de geração de renda da SDS** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <oliveiraedneia@ig.com.br; robsonamribeiro@gmail.com > em 15 de jun. de 2015.

JUIZ DE FORA. **Portal JF Empregos**. Disponível em: <<http://www.jfempregos.com.br/blog>> Acesso em: 12 jul de 2015

_____. **“Você + Empreendedor”** - Projeto facilita formalização de microempreendedores individuais. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=50220>> Acesso em: 12 jul de 2015

_____. **“Você + Empreendedor” chega à região Sudeste**. Disponível em: <<http://www.jfempregos.com.br/blog/voce-empreendedor-chega-a-regiao-sudeste>> Acesso em: 12 jul de 2015

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução: Rubens Enderle São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, E. A. **A política de emprego na Itália e no Brasil**: a precarização protegida e a precarização desprotegida. Curitiba, editora CRV, 2017.

_____. **Superpopulação relativa e “nova questão social”**: um convite às categorias marxianas. *Revista Katalysis*, Florianópolis, vol 13, n 2, p. 276-283, 2010.

_____. **A política de emprego no Brasil**: o caminho da flexinsegurança. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.11, p. 493-508, jul/set, 2012

SEST-SENAT. **Projeto Soldado Cidadão**. 2015^a. Disponível em: <<http://www.sestsenat.org.br/Imprensa/noticia/juiz-fora-projeto-soldado-06032015>> Acesso em: 09 de dez. de 2015.

SEST-SENAT. **Projeto Soldado Cidadão**. 2015^b. Disponível em: <<http://www.sestsenat.org.br/Imprensa/noticia/sest-senat-juiz-de-fora-inicia-nova-turma-projeto-soldado-cidadao-08052015>> Acesso em: 09 de dez. de 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-148-0



9 788572 471480